

Enfrentar a emergência climática exige investir em educação ambiental transformadora



Por Thaís Brianezi, Semíramis Biasoli e Rachel Trajber

A educação ambiental, sozinha, não resolve a crise climática — mas é fundamental. A emergência climática é um fenômeno complexo, que exige respostas intersetoriais e urgentes. **É preciso reconhecer que:**

A gestão e o financiamento da educação são fundamentais para ampliar a capacidade adaptativa, reduzir riscos e vulnerabilidades socioambientais.

Essas medidas não acontecem sozinhas, **exigem intencionalidade, políticas públicas e recursos nos territórios.**

São necessárias ações concretas e simultâneas, como as listadas a seguir.

1. Inserir a educação ambiental climática nas agendas internacionais e políticas nacionais

- Conectar-se a articulações e eventos internacionais para fortalecer a educação ambiental climática globalmente.

- Desconstruir e adaptar metodologias importadas do Norte global à realidade brasileira e avançar com uma perspectiva decolonial

- Atualizar o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) para incorporar mudanças trazidas pela nova Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), incluindo clima, biodiversidade e riscos de desastres - e ajudando a operacionalizá-la.

- Fortalecer iniciativas **convergentes e complementares**¹ como:

- Coalizão Brasileira pela Educação Climática (CBEC)
- Câmara Temática de Educação Ambiental Climática (FBMC)
- Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD)



1. *incorporar nas políticas públicas correlatas os três pilares que sustentam essa iniciativa (educação, informação e participação) e articulando planejamentos de curto prazo (bienais) e de longo prazo (decenais).*

- Reconstruir e fortalecer a governança da PNEA, com foco nas Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), espaços estratégicos presentes em todos os Estados da Federação, no contexto de governança climática multinível, com ênfase no fortalecimento da perspectiva do controle social.

- Trabalhar a educação ambiental climática a partir do enfrentamento ao racismo ambiental, garantindo a participação de povos e comunidades de base — indígenas, quilombolas e periferias urbanas racializadas —, suas práticas e saberes, nos processos decisórios

2. Garantir presença estruturante da educação ambiental climática nas escolas



Pesquisas mostram que, apesar do crescimento e da maior distribuição das iniciativas em termos de territórios e de conteúdo, ainda predomina uma abordagem conservacionista e superficial nas escolas.

A Base Nacional Curricular Comum trata a educação ambiental de forma insuficiente e fragmentada.



É essencial formar educadores(as) da educação básica e superior para incorporar a educação ambiental climática de forma permanente e transversal em todos os componentes curriculares das escolas e universidades, públicas e privadas.



Formação deve envolver ensino, pesquisa e extensão — nas redes públicas e privadas.



A formação precisa ser acompanhada de ações que monitorem e avaliem os impactos reais na prática educativa.



Ferramentas como o Sistema Monitora EA são fundamentais para isso e devem ser fortalecidas.



É primordial reconhecer que Educação ambiental climática é parte do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030 (ODS 4), essencial para construir sociedades sustentáveis, justas e resilientes.

3. Ampliar o financiamento climático para a educação ambiental

O Financiamento Climático é discutido desde a Eco-92 e ganhou notoriedade com o Acordo de Paris, em 2015, mas os recursos seguem aquém do necessário. **É urgente destinar recursos específicos para a educação ambiental climática nas escolas e nas comunidades de base:**

- Definindo percentuais mínimos e metas de crescimento no financiamento.
- Estabelecendo parcerias entre grandes fundos públicos e a filantropia comunitária.



E garantindo o acesso direto de comunidades, associações e organizações da sociedade civil.



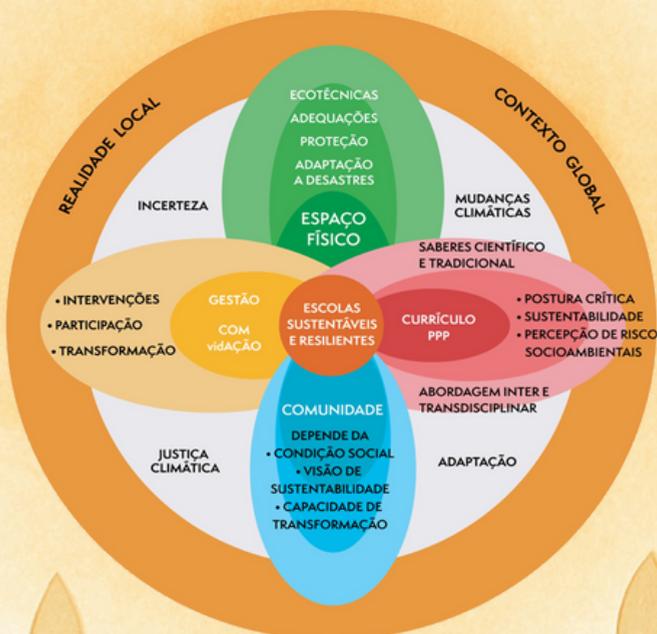
NA COP 30: Após o fracasso nas negociações sobre financiamento na COP-29, a expectativa é que a COP-30, em Belém, retome o tema com força.

➤ **O Brasil tem o desafio e a oportunidade de liderar o diálogo internacional para que a educação ambiental climática ganhe maior destaque nas negociações climáticas, e que essa visibilidade se traduza em financiamento.**



NO BRASIL: É preciso reforçar o compromisso nacional com a educação ambiental climática desde já:

- Direcionar recursos via FNDE para a rubrica Escolas Sustentáveis no PDDE (Resolução FNDE nº 17/2024).
- Incluir a educação ambiental climática como eixo estruturante no Orçamento Climático e no Programa para Enfrentamento da Emergência Climática (MMA).



4. O papel da filantropia comunitária no financiamento climático



Acesso direto aos territórios: A filantropia comunitária atua como ponte entre quem tem recursos e quem está na linha de frente da crise climática, garantindo que os fundos cheguem de forma acessível, capilarizada e desburocratizada às comunidades mais vulneráveis.

Fortalecimento da autonomia local: Ao contrário da filantropia tradicional, que responde às prioridades dos doadores, a filantropia comunitária parte das necessidades e saberes dos territórios, fortalecendo o protagonismo de organizações locais na regeneração socioambiental e no enfrentamento à emergência climática.

Justiça climática como princípio: Fundos comunitários como o FunBEA operam com base em escuta ativa, confiança mútua e planejamento conjunto, enfrentando as assimetrias de poder entre Norte e Sul global e promovendo a justiça social, climática e racial.

Realização



Apoio



Texto Thaís Brianezi, Semíramis Biasoli e Rachel Trajber
Revisão Mariana Nascimento Plum **Projeto Gráfico** Valéria Amorim

Este infográfico faz parte das atividades vinculadas ao projeto “Como a educação pode ampliar e qualificar as práticas de educação climática na Educação Básica no Brasil?” (Fapesp 2023/08836-2)